

**Riscos modernos, políticas reflexivas. A experiência da política sócio-ambiental,
Acordo Verde, do município de João Pessoa/PB. ***

Cristiane Leal R. Soares¹

Resumo

Este trabalho analisa a política sócio-ambiental que orienta o programa Acordo Verde, da prefeitura Municipal de João Pessoa/PB. A discussão se dá à luz das teorias da sociedade de risco e da modernização reflexiva de Anthony Giddens e Ulrich Beck. Destacam-se os novos arranjos sócio-políticos, em torno do programa, desencadeados pela iminência do risco ambiental relativo ao lixo urbano produzido na cidade. Dentre estes arranjos, é enfatizado o acordo sócio-ambiental, envolvendo os agentes ambientais, a gestão pública municipal e a comunidade de seis bairros da cidade de João Pessoa.

Palavras-Chave: Política Sócio- Ambiental; programa Acordo Verde; Lixo; Sociedade de risco.

Abstract

This paper analyzes the socio-ambient politics that guides the program Acordo Verde, of the Municipal city hall of João Pessoa/PB. The discussion is based on the theories society of risk and reflexive modernization of Anthony Giddens and Ulrich Beck. They include the new socio-political arrangements, around the program, triggered by the looming environmental risk on the urban waste produced in the city. Amongst these arrangements, the socio-ambient agreement is emphasized, involving the ambient agents, the municipal public administration and the community of six João Pessoa's quarters.

Keywords: Politic Socio-ambient; "Acordo Verde" Program; Garbage; Society of Risk.

INTRODUÇÃO

A abordagem desenvolvida neste artigo insere-se nas discussões mais gerais sobre a dinâmica do capitalismo contemporâneo, ressaltando as estratégias políticas e os processos sociais desencadeados com vistas ao enfrentamento de um dos problemas resultantes da produção industrial descartável, o acúmulo do lixo urbano.

Considerado uma questão de ordem pública, e ambiental, o lixo urbano torna-se um problema de responsabilidade do Estado e de todos os cidadãos. No entanto, nas grandes cidades do Brasil, um dos maiores desafios para os gestores públicos têm sido fazer com que os órgãos e empresas de limpeza urbana operem no mesmo ritmo em que os resíduos sólidos são produzidos. O modo de vida urbano, caracterizado pela obsolescência, produz diariamente uma diversidade cada vez maior de produtos e de resíduos que carecem tratamento e destinação adequada, no sentido de evitar que os riscos ambientais e à vida, provocados pelo acúmulo do lixo, transformem-se em situações que intervenham negativamente na qualidade de vida dos indivíduos.

João Pessoa tradicionalmente é considerada uma das capitais mais verdes do Brasil. Por outro lado, segundo o Sistema Nacional de informações sobre saneamento do Ministério das Cidades, o paraibano é o segundo maior produtor de lixo do Brasil, produzindo diariamente, 1,56kg de lixo, perdendo apenas para o brasiliense, que produz, 2,4kg. Cabe assim pensar em soluções para este dado, a contribuição de todos é fundamental para que se evite a degradação do ambiente. De tal sorte que, concordando com Beck e Giddens(1997), se faz necessário refletirmos continuamente sobre nossas próprias práticas, inclusive sobre aquelas que estão tão intimamente ligadas ao nosso cotidiano, mas que apesar disso, não nos damos conta dos malefícios que elas podem nos causar, a exemplo de nossas práticas de consumo e da manipulação inadequada do lixo que produzimos em nossas residências. Essas considerações valem para justificar o interesse em aprofundar a discussão em torno da sociologia ambiental, e mais especificamente das práticas sócio-políticas relativas à coleta seletiva.

Este artigo tem por objetivo analisar os processos sócio-políticos relacionados ao programa “Acordo Verde”, uma política sócio ambiental, implementada em 2007, pela Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, que tem como base um acordo simbólico firmado entre os “agentes ambientais”, antes nomeados catadores de lixo, e a população residente dos bairros de Bancários, Jardim Cidade Universitária, Anatólia, Jardim São Paulo, Mangabeira, e Água fria. Neste acordo, a população se compromete em separar o lixo doméstico orgânico, do lixo com destinação à reciclagem, e os agentes se comprometem em realizar a coleta do lixo reciclável semanalmente, dando a ele destino adequado. A perspectiva de análise adotada neste trabalho faz referência tanto à visão dos gestores públicos envolvidos no programa, os que compõem a EMLUR², quanto às experiências dos “agentes ambientais”, e à percepção da população residente nos bairros citados, envolvidos no processo do programa.

Entre as questões que norteiam este trabalho, algumas merecem ser destacadas inicialmente: O que faz, dentro do programa, com que a condição de catador de lixo, se altere à condição de agente ambiental? Alguma coisa muda na sociedade com essa transformação? O quê? Quais foram os percursos para que a coleta do lixo passasse a ser considerada uma questão sócio-ambiental relevante do ponto de vista político? Como se dão as relações entre a comunidade assistida no programa, os agentes ambientais e a gestão pública em torno do Acordo Verde?

Os elementos empíricos utilizados na elaboração deste trabalho foram qualitativamente selecionados, através de entrevistas com roteiros semi estruturados elaborados com vistas à pertinência da temática deste estudo. Participaram da pesquisa, um gestor da EMLUR, o coordenador geral da coleta seletiva em João Pessoa, o coordenador do programa Acordo Verde, a líder da associação dos agentes ambientais, três agentes ambientais e quatro moradores dos bairros

em que o programa é desenvolvido. Alguns dados quantitativos fornecidos pelo IBGE principalmente, e por outros estudos que envolveram a questão ambiental e a sociologia foram também fundamentais à construção do trabalho.

O LIXO: UMA QUESTÃO AMBIENTAL, SOCIAL E POLÍTICA

Segundo o IBGE, no Brasil, no ano de 1989, a quantidade média de lixo coletada com destinação adequada era de 27.754 toneladas por dia, em contrapartida a quantidade de lixo com destinação inadequada estava em torno de 68.533 toneladas diárias.³ No ano 2000, observou-se uma expressiva modificação no que se refere à destinação do lixo do país, pois a quantidade de lixo com destinação adequada saltou naquele ano para um montante médio de 73.458 toneladas por dia. No entanto, apesar desse número, a quantidade de lixo com destinação inadequada produzido diariamente, em 2000, foi em média de 84.249 toneladas. Estes números nos sugerem que apesar dos esforços das diversas cidades brasileiras, uma década não foi suficiente para que elas, de maneira geral, pudessem se adaptar de forma mais eficiente em relação ao tratamento e direcionamento do lixo. Além disso, tais números também nos informam o surpreendente avanço da produção de lixo no país, já que a soma média no ano de 1989 chegou a 96.287 toneladas por dia, e no ano 2000, esse número ultrapassou as 150.000 toneladas diárias. De tal modo, fica evidente que no decorrer destes anos, tanto a indústria brasileira, quanto os padrões de consumo adotados, além do crescimento populacional em áreas urbanas do Brasil, foram os principais contribuintes para a disseminação do problema ambiental relativo ao acúmulo de lixo urbano.

Tendo em vista a evolução da produção de lixo do país, foi determinado no Brasil, pelo Ministério das Cidades, que toda cidade com população acima de 6.000 habitantes deveria realizar a coleta seletiva. Em face dessa prerrogativa, e contando com uma população de aproximadamente 674.762 habitantes (IBGE, 2000), a prefeitura de João Pessoa no ano 2000 passou a investir na coleta de materiais potencialmente recicláveis na cidade. Com a extinção do lixão do Róger, em agosto de 2003, e com a ativação do aterro sanitário que tem uma vida útil de 24 anos, a gestão pública, incrementou o sistema de coleta seletiva porta-a-porta, contando principalmente com os antigos catadores de lixo do Róger, divididos pelos três primeiros núcleos montados, localizados nos bairros do Bessa, Cabo Branco e Bairro dos Estados, que por sua vez também assistem aos bairros circunvizinhos. Em 2007, criou-se mais um núcleo de coleta, com capacidade superior aos três primeiros, o núcleo Acordo Verde, localizado no jardim Cidade Universitária, representando um avanço na coleta seletiva, pelo diferencial metodológico adotado no processo que sugeria empreender, e que será descrito mais tarde.

Observa-se que a produção de lixo de um país é diretamente proporcional tanto ao seu número populacional, quanto ao nível de renda per capita que apresenta, no entanto, vale ressaltar que tais indicadores não devem ser os únicos a serem considerados quando se pretende analisar um país segundo sua produção de lixo. Os padrões culturais também são relevantes neste sentido. (GIDDENS, 2007). A tabela a seguir nos auxiliará com algumas informações sobre a relação rendimento, população e produção de lixo em alguns países.

Os dados da tabela 1 compõem uma pequena amostra de países ocidentais e orientais, segundo suas rendas per capitas, seus números populacionais, e a produção de lixo por habitante. Os números dessa tabela nos autorizam a dizer que os indivíduos que possuem maiores rendimentos, que estão nos países desenvolvidos do ocidente, produzem maior quantidade de lixo diariamente. Os Estados Unidos ocupam o primeiro lugar no Ranking dos maiores produtores de lixo urbano. De forma geral, quando se trata dos países ocidentais, seja quando se toma o nível dos seus habitantes individualmente, de pequenos grupos, ou mesmo no plano de toda nação, verifica-se que, quanto maior o nível de renda, maior é o nível de consumo, e maior quantidade de lixo

produzido. Num primeiro momento, podemos admitir que são os “ricos” os maiores responsáveis pela produção de lixo do planeta.

TABELA 1. Alguns países segundo a produção per capita diária de lixo, a renda per capita e população total.

País	Produção de lixo (Kg/habitante/dia) 2002	Renda per capita (US\$) - 2002	População em milhões de habitantes(2002)
Estados Unidos	2,3	35.060	288. 369
Austrália	1,59	19.740	19. 581
Holanda	1,25	23.960	16. 144
Alemanha	1,18	22.670	82. 495
Japão	1,06	33.550	127. 144
Canadá	0,99	22.300	31.414
Suécia	0,83	24.820	8.924
Brasil	0,74	2.850	174 .485
México	0,65	5.910	100. 921
Índia	0,4	480	1. 048. 279
China	0,16	940	1 .280. 975

FONTE: SANTOS, Luiz Cláudio. *A questão do lixo urbano e a geografia. 1ª SIMPGEO/SP, Rio Claro, 2008.*

No entanto, também chama atenção na tabela, o volume de lixo produzido por habitante na Austrália. Apesar de este país possuir menor renda per capita, se comparado à Holanda, Alemanha, Japão, Canadá ou Suécia, sua produção per capita de lixo é bem superior do que a destes países. Além disso, comparando os números do Brasil e do México, mais uma vez observa-se que maiores rendimentos não significam diretamente maior produção de lixo. Entre estes dois países essa relação se coloca de forma inversa conforme indica a tabela 1. Evidencia-se deste modo que nem sempre os fatores econômicos são os únicos determinantes quando se trata da produção de lixo de um país. Os padrões culturais, manifestos especialmente no consumo das diversas culturas são, portanto, fundamentais à compreensão dos padrões de produção de lixo.

Uma comparação entre a composição do lixo residencial em diferentes partes do mundo informa, em última instância, os padrões de consumo que os habitantes dos diversos países manifestam. A tabela 2 nos remete aos números da composição do lixo residencial do Brasil, dos Estados Unidos e da Europa par o ano de1997.

TABELA 2. Oque entra num saco de 100kg de lixo(kg). 1997.

MATERIAL/PAÍS	Brasil	Estados Unidos	Europa
Matéria orgânica	52	27	30
Papel	28	41	25
Metal	5	9	8
Vidro	3	8	10
Plásticos	6	10	7
Outros	6	8	20

FONTE: Meldonian, Nelson Leon. Alguns aspectos do lixo urbano no Estado de São Paulo e considerações sobre a reciclagem do alumínio e do papel. Tese (doutorado)UNICAMP, Faculdade de Eng. Mecânica. Campinas, SP, 1998.

De acordo com a tabela 2 há um contraste entre o consumo do Brasil em relação ao que ocorre tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. Observa-se que mais da metade do lixo

produzido pelos brasileiros é composto por matéria orgânica, enquanto que entre os americanos a maior parte de lixo produzido se constitui em papel, plásticos, metal e vidros. O que demonstra que o padrão de consumo residencial nos Estados Unidos envolve muito mais produtos industrializados que requerem embalagens diversas, sejam plásticas, caixas de papel ou em vidros. Os dados nos demonstram como a cultura norte-americana e européia se exprimem através de um padrão promotor do descarte e da obsolescência, ainda não fortemente disseminada no Brasil.

Por outro lado, vale ressaltar que o brasileiro, principalmente o que habita as grandes cidades, tem cada vez mais adotado os padrões de consumo dos norte-americanos. A partir de uma análise conjunta dos dados apresentados em Andrade (2006), principalmente através de uma evolução histórica dos resíduos sólidos, e de Meldonian (1998), quando apresenta a composição gravimétrica do lixo entre os anos de 1927 e 1993, é possível observar que, entre os brasileiros, o percentual de material orgânico tem sido gradativamente menor. Em 1957, a estatística dos resíduos orgânicos estava em torno de 76%, já em 2000, segundo Andrade (2006), o percentual de matéria orgânica que compunha o lixo dos brasileiros residentes em São Paulo, indicava 48,2%. Em contrapartida, segundo este mesmo autor, a soma dos percentuais de materiais de plástico, vidro, e metais, que em 1957 representava aproximadamente 20% da composição do lixo, aumentou significativamente, alcançando o percentual de 46,1% em 1998. Por trás desses números é possível enxergar o quanto os brasileiros têm incorporado em seu consumo residencial os elementos industrializados, de fácil utilização e de rápido descarte, tidos como “facilitadoras do dia-a-dia”, pela praticidade.

Alguns autores, entre eles Bauman (2008), consideram que o consumo é a marca mais proeminente da sociedade contemporânea. Para este autor o cerne da ética que orienta a vida da sociedade de consumo se exprime nas experiências de “evitar estar satisfeito”. A receita gerencial da vida, disseminada na sociedade de consumidores, pode ser expressa no comando: “compre, desfrute, jogue fora”, de onde se observa que a satisfação é algo momentâneo. De tal sorte que a insatisfação passa a ser quase uma constante na vida social, e em consequência disso, a produção do lixo ganha atualmente patamares antes nunca vistos. Segundo Bauman (2008), na sociedade de consumidores é evidente que a forma mais utilizada para enfrentar a insatisfação é o descarte dos objetos que a causaram. Neste sentido este autor coloca que:

A sociedade de consumidores desvaloriza a durabilidade, igualando “velho” a “defasado”, impróprio para continuar sendo utilizado e destinado à lata de lixo.[...] Não se espera dos consumidores que jurem lealdade aos objetos que obtêm com intenção de consumir. (BAUMAN, 2008. p.31)

A tecnologia tem participação fundamental na criação de novidades que garantam aos consumidores novas experiências de desejo, consumo, e satisfação. Compressora do tempo a tecnologia investe, sobretudo na satisfação instantânea, aquela que se realiza, “num abrir e fechar de olhos”, para que os consumidores não cogitem concentrar o desejo em determinado objeto, e com ele apegar-se de forma prolongada. Antes, interessa à tecnologia, que não haja envolvimento consumidor-objeto, que não haja aprendizado, ou qualquer tipo de apego entre o consumidor e o objeto de consumo. “A cultura da sociedade de consumo envolve, sobretudo o esquecimento, não o aprendizado”.(BAUMAN,1999.p.90).

As considerações expostas até agora são relevantes para reforçar a tese de Beck (1992;1997), sobre a sociedade de risco. Segundo este autor, há riscos que atualmente experienciamos, entre eles os riscos ambientais, que são resultado das decisões e atitudes baseadas nas oportunidades de ganhos econômicos fundados na ciência e na tecnologia, são riscos, portanto, provenientes da riqueza e do consumo associados ao desenvolvimento industrial e tecnológico.

No entanto, para Beck (1992), se de um lado o conhecimento científico e tecnológico foram fundamentais à promoção dos riscos ao meio ambiente, por outro, a ciência favorece a percepção dos problemas ou riscos ambientais existentes. De forma que, segundo este autor, as políticas que têm por finalidade o enfrentamento dos problemas ambientais devem estar voltadas e atentas à ciência, pois apesar do caráter ambíguo que esta apresenta, é a partir dela que podem surgir possíveis soluções para a degradação ambiental. A posição ambivalente da ciência analisada por Beck (1992) destaca-se na idéia de que ela é “uma das causas, o meio de definição, e a fonte de soluções aos riscos”. (LENZI, 2006. Apud BECK, 1992). Desta maneira é imprescindível que a ciência seja tratada e difundida de tal forma, que a sociedade de maneira geral possa dela se prover, a fim de poder compreender e participar das formulações políticas com vistas a tudo o que diz respeito à vida coletiva ou seja, como nos sugere Giddens (1991), a ciência é um assunto demasiadamente importante à vida social para ser privilégio apenas dos cientistas.

Além da teoria da sociedade de risco, também são fundamentais neste trabalho, as discussões sobre a modernização reflexiva desenvolvidas por Beck, Giddens e Lash (1997). Essa discussão nos fornece elementos importantes para pensarmos os arranjos sócio-políticos que surgem em torno das questões ambientais na atualidade.

Quanto a essa questão duas proposições são fundamentais em Beck para pensarmos o programa Acordo Verde. A primeira refere-se à sua compreensão da sociedade, como sociedade reflexiva. De acordo com Beck (1997), por trás da perspectiva da crise ecológica, está muito mais do que os problemas ambientais, segundo ele, existe, sobretudo na base dessa crise, outra crise, que ele compreende ser a da sociedade industrial, cujos efeitos são devastadores, muito embora nem sempre sejam perceptíveis. Essa imprevisibilidade das ameaças de origem técnico-industrial tem exigido, “auto-reflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da ‘racionalidade’” (BECK, 1997.p.19). A segunda proposição diz respeito às suas perspectivas sobre subpolítica. Segundo Beck (1997), os riscos da modernização têm demonstrado alterar as práticas políticas, fazendo surgir na sociedade o que ele chama de subpolítica, ou política do cotidiano, diferenciada da política clássica, pelo fato de permitir que agentes externos ao sistema político tenham participação no planejamento social.

Ao analisarem a sociedade de risco, e desenvolverem o conceito de reflexividade, Beck e Giddens (1997), observam que os padrões de consumo resultantes respectivamente do capitalismo e do industrialismo, são determinantes para a manifestação de riscos ambientais, entre eles os relacionados ao lixo urbano. Mais radical que Giddens, Beck (1997) considera que os riscos ambientais constituem malefícios contemporâneos que tendo sido distribuídos por todo globo, podem lançar para segundo plano os conflitos mais proeminentes da modernidade ou da sociedade industrial, entre eles os conflitos da distribuição de renda e de emprego. Esta é uma das proposições mais controversas em Beck, dentro do debate teórico social contemporâneo. Alguns autores, entre eles, Goldblatt (1998), observam que Beck é universalizante na construção de sua teoria do risco, não considera as diferenças entre as classes sociais, e de tal sorte, não atenta às condições de pobreza da maioria dos países do sul, divergentes da realidade dos países desenvolvidos do norte do planeta.

Nos países “pobres” ou nos países “em desenvolvimento”, tem sido cada vez mais comum a associação de estratégias políticas com vistas ao enfrentamento dos problemas ambientais, com programas de incentivo à geração de renda através da criação de oportunidades de trabalho. Este é o caso da política que orienta o programa Acordo Verde, que neste trabalho ganha destaque como objeto de discussão.

Assim como Beck, Giddens realiza sua análise da sociedade moderna, considerando o conceito de risco. Segundo ele, os riscos acompanham os homens desde o início de sua história, no entanto, com a modernidade, um novo elenco de riscos ganha destaque. Os riscos da modernidade,

segundo este sociólogo, têm origem na “infusão de conhecimento humano no meio ambiente material”(GIDDENS,1991.p.127). A expansão da ciência e da tecnologia são, de acordo com Giddens, os fatores fundamentais para a criação dos riscos modernos. Diferentemente dos períodos anteriores à modernidade, em que os riscos mais proeminentes estavam relacionados aos fenômenos autônomos da natureza, os riscos modernos são provenientes das práticas sociais.

Os problemas provenientes de práticas sociais reiteradas, que surgem em torno do acúmulo de lixo, da contaminação do solo, da poluição das águas, da atração de animais nocivos, do desenvolvimento de diversas patologias, etc., impõem risco à vida humana e a todo o meio-ambiente

Cientes dos riscos pelos quais estão sujeitos, pela contaminação do lixo, a população de forma geral, e principalmente a dos bairros populares de João Pessoa, têm exigido providências dos setores responsáveis pela limpeza urbana, quando da insuficiência das coletas, muitas vezes, usando como canal de reclamação e meio de participação nas ações públicas, a mídia televisiva e as rádios locais.⁴ Outro principal e importante instrumento da participação popular na cidade de João Pessoa, têm sido as reuniões do Orçamento Democrático (OD), a partir das quais a sociedade, segundo as prerrogativas particulares do OD, tem a possibilidade de participar da gestão de políticas públicas da cidade, inclusive das que visam a limpeza urbana.

Segundo a EMLUR, após a verificação do êxito do programa Acordo Verde, moradores de diversos bairros onde ainda não existe nenhum trabalho de coleta seletiva, têm se manifestado favoráveis à participação no acordo. Nas últimas reuniões do Orçamento Democrático foi salientada a ampliação do programa por ter favorecido a coleta do lixo nos bairros em que se realizam assim como promovido oportunidades de trabalho para pessoas das comunidades carentes de João Pessoa. É também importante instrumento de sustentabilidade. Esta demanda da sociedade, e seu envolvimento no debate público, assim como o próprio acordo firmado entre agentes ambientais e a comunidade em geral onde o programa se realiza, nos remetem ao que Beck (1997) denomina de subpolítica. A política que orienta o programa Acordo Verde, propõe a valorização do catador e com isso agrega a função ambiental da reciclagem à função social. Isso favoreceu, em última instância, a política do cotidiano, pois a associação entre os diversos agentes sociais, em torno da problemática do lixo urbano em João Pessoa, abriu margem para que as divergências de interesses fossem deixadas em segundo plano, fazendo emergir um novo pacto social de mútuo benefício, o Acordo Verde.

O PROGRAMA ACORDO VERDE, SEUS ATORES E PROCESSOS.

Segundo seus formuladores, o programa Acordo Verde se define como um instrumento de política pública, que une a necessidade de se viabilizar em torno da coleta seletiva na cidade, uma cultura ecoeficiente quanto ao manejo dos resíduos sólidos, à responsabilidade social, a promoção de melhores possibilidades de geração de renda e condições de trabalho dos agentes ambientais (antigos “catadores de lixo”). A estrutura e operacionalidade desenvolvida pelo programa Acordo Verde têm como suporte um “acordo” simbolicamente realizado entre o agente ambiental, os moradores dos bairros citados anteriormente, e a prefeitura municipal de João Pessoa, que através da EMLUR, oferece os recursos necessários à sua realização.

Tal acordo nos remete, em parte, ao que Beck(1997) propõe como subpolítica. Uma nova modalidade de fazer política com vistas ao enfrentamento dos riscos sob os quais todos sem exceção de classe, raça, sexualidade, partidatismo, estão submetidos. Esse novo modelo, prevê renegociações e reformulações nas bases da sociedade, mediante a auto-confrontação, de cada indivíduo com os riscos contemporâneos. De tal sorte que, diferentemente do modelo tradicional de

política, inclusive, aqueles considerados “de fora” do sistema político convencional têm participação, ainda que indireta, nos processos decisórios e de implementação das políticas públicas.

O Acordo Verde surgiu como política tradicional, “de cima pra baixo”, já que fora implementado sem que reivindicações ou a participação popular fosse verificada. No entanto, após os dois anos de experiência, vê-se que manifestações populares têm sido cada vez mais frequentes. Segundo alguns moradores entrevistados, residentes em Mangabeira, sendo um deles ligado à associação de moradores daquele bairro, tanto nas plenárias do Orçamento Democrático, quanto nas reuniões das associações de moradores de Valentina e Cidade Verde, observou-se que nos últimos meses a preocupação dos cidadãos com a questão do lixo tem se ampliado, assim como também a compreensão de que a partir do “lixo” muitas possibilidades de trabalho com melhores condições, comparadas as dos catadores de rua, podem emergir com a associação entre moradores, catadores e gestão pública. De sorte que, a manifestação no sentido da ampliação do Acordo Verde passou a ser um fato nestes bairros da cidade de João Pessoa.

Neste sentido, a gestão pública municipal atualmente está organizando, dois outros núcleos do Acordo Verde, um em Valentina e outro em Cidade Verde, bairros populares localizados na zona sul da capital paraibana. Desde o início da preparação para sua expansão o Acordo Verde deixou de se chamar projeto Acordo Verde, e passou à condição de programa, ganhando um caráter mais permanente e progressivo de política pública.

No Acordo Verde, o enfrentamento aos problemas de acúmulo de lixo na cidade reúne pessoas de forte diversidade sócio-cultural, e interesses diversos. No entanto, a intermediação da gestão pública municipal têm se demonstrado fundamental para que seja possível a associação desses diferentes agentes em prol da qualidade ambiental.

Em resumo, o processo do Acordo Verde ocorre da seguinte forma: o morador recebe a visita da equipe, é orientado quanto à necessidade da coleta e assina um termo de compromisso, através do qual, se dispõe a separar e juntar os materiais indicados para a reciclagem. O agente, por outro lado, distribui o saco verde de 100 litros vazio entre os moradores e o recolhe duas vezes por semana com materiais sólidos e secos. A prefeitura, através da EMLUR, oferece o suporte técnico e operacional para que os processos de coleta, triagem, armazenamento e vendas sejam realizados. Esse acordo representa sobretudo, um avanço rumo à conscientização ecológica da comunidade, e teve uma adesão de 90% entre as 13.000 unidades residenciais dos bairros envolvidos, conforme informa a coordenação do Acordo Verde. No entanto, segundo estes mesmos coordenadores, apesar de aderirem ao acordo, os cidadãos, moradores dos bairros onde o programa se realiza, ainda precisam habituar-se a fazer a seleção dos materiais diariamente, pois se observa que muitos materiais potencialmente recicláveis são misturados ao lixo comum, e acabam indo para o aterro sanitário.

O pacto inscrito no Acordo Verde parece ser uma alternativa, pelo menos do ponto de vista local, de resposta às questões colocadas por Giddens (1996), a saber: “Quais seriam os meios sociais de estabelecer pactos de estilo de vida entre ricos e pobres? As considerações que são potencialmente motivadoras desse pacto são bastante claras, mas existem o desejo ou mecanismo sociais disponíveis para que ele aconteça?”(GIDDENS,1996.p.223). A resposta seria sim, o Acordo Verde é uma proposta neste sentido.

O interesse comum em assegurar a qualidade ambiental, apesar da manutenção de algumas práticas “anti-ecológicas”, possibilita ao Estado transferir parte de suas responsabilidades sociais à sociedade em geral, levando-a a assumir compromissos antes impensáveis. Numa demonstração de que o enfrentamento aos riscos ambientais delibera uma renovação política e social na qual a interdependência entre os homens se estende cada vez mais, já que os efeitos ambientais são democráticos, faz-se necessário democratizar os mecanismos que os enfrentam.

À realização do cadastro dos moradores (residentes nos seis bairros já mencionados), participantes do acordo contou com a participação de 40 agentes ambientais e alunos do curso de recursos naturais do IFPB, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, (antigo CEFET/PB) contratados como estagiários pela EMLUR, especialmente para fazer parte da implementação do Acordo Verde, ainda em projeto. A intermediação desses estagiários, entre os agentes e a comunidade foi apontada pela Emlur, como o aspecto fundamental para sua viabilidade. Foram eles que apresentaram o projeto à comunidade, mostrando sua finalidade e importância, enfatizando a participação coletiva e a responsabilidade de todos quanto à questão ambiental e social. Esses estagiários acompanharam os agentes ambientais ainda durante os seis primeiros meses, auxiliando tanto nas abordagens junto ao público, quanto na conscientização dos próprios agentes da importância do papel social que realizavam. Tais iniciativas corroboram com as considerações de Giddens (1991), quando trata sobre os sistemas peritos.

Em *As consequências da Modernidade*, Giddens nos traz, à luz da sociedade de risco, a questão dos sistemas peritos, referindo-se a eles como “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991.p.35). Conscientes dos riscos que nos cercam, somente encontramos confiança nos profissionais dotados de conhecimento técnico-científico envolvidos no sistema perito. Deles depende nossa confiança, necessária para participar ativamente da vida social contemporânea, uma vida perigosa e repleta de riscos. Ao utilizar os estagiários, futuros profissionais, como intermediadores, o Acordo Verde lança mão da credibilidade embutida na ciência, para vencer algumas questões sociais há tempo disseminadas na sociedade, e que no momento da implantação do projeto demonstravam ser aspectos negativos ao seu êxito. Entre essas questões nos importa enfatizar o estigma, associado ao catador de lixo.

Catar lixo nunca foi uma atividade valorizada em nossa sociedade, antes, sempre esteve ligada à idéia de uma situação desfavorável no mercado de trabalho. A sujeira, o mau-cheiro, a inutilidade, atribuídos com frequência ao lixo, estende-se habitualmente em forma de atributos marginais àqueles que vivem do lixo. O catador é um exemplo de identidade deteriorada em nossa sociedade, nos termos de Goffman (2008). Mas, apesar de toda degradação que envolve a atividade, a pobreza têm levado, cada vez mais, maior número de pessoas a envolver-se com a catação de lixo. É muito comum nas ruas dos bairros de Jardim Cidade Universitária, Bancários, Anatólia, Mangabeira, Jardim São Paulo e Água fria, vemos diversas pessoas realizando a catação de lixo em tambores de prédios e nas calçadas das casas. São em sua maioria moradores de comunidades carentes localizadas no entorno destes bairros. Tendo em vista essa condição, o Acordo Verde, procurou contemplar tais pessoas para compor seu grupo de agentes ambientais. Segundo a Emlur e os agentes ambientais entrevistados, no início do projeto realizou-se um chamamento nas ruas das comunidades próximas aos bairros citados acima, com carros de som, convocando os catadores “autônomos”, a associarem-se ao projeto. Também foram feitas reuniões em associações e igrejas dessas comunidades, a fim de apresentar a proposta de trabalho que o Acordo Verde oferecia aos “catadores autônomos”, ou como designam os próprios agentes, “catadores de rua”. Procurou-se reunir um grupo de homens e mulheres com idade entre 20 e 40 anos, para realizarem a coleta porta a porta, e um grupo de idosos para realizarem a triagem no núcleo.

Realizado o recrutamento dos agentes, foram feitos treinamentos e capacitações a fim de orientá-los na realização do trabalho de coleta nos moldes do Acordo Verde. Os treinamentos envolveram palestras com relação a utilização dos EPI's(Equipamentos de proteção individual), também trataram sobre o trânsito, sobre a importância da coleta, os tipos de materiais, e sua classificação. Após estes treinamentos, os catadores passaram à condição de agentes ambientais, ganharam novos papéis sociais, e passaram a compor o grupo de pessoas que de modo organizado, teriam que cumprir o compromisso da coleta estabelecido no acordo com a comunidade.

Entre os agentes foi verificado que a mudança de catador de rua, para a condição de agente ambiental, trouxe repercussões não somente quando da realização do trabalho no cotidiano, já que todo suporte técnico favoreceu o desenvolvimento do trabalho em si, mas representou ressignificações inclusive em suas auto-afirmações, pois segundo eles, a experiência de agente permitiu que fossem mais respeitados, em sua dignidade, diante das demais pessoas.

- O senhor se sente respeitado pelos moradores das residências em que realiza a coleta?(pesquisadora)

- Pra gente que é agente, o respeito tem, tem também a confiança, porque catador ninguém vai botar pra dentro da casa da pessoa, vai? Quer dizer não vai. E agente não, o agente, entra, às vezes até almoça, como já aconteceu, essas coisas assim é bom, o pessoal às vezes, nem todo mundo faz isso, mas tem gente, que manda a gente sentar na área, dá água. Então o respeito tem tanto da parte da gente, quanto da parte deles também. (Antônio. Agente ambiental Acordo Verde).

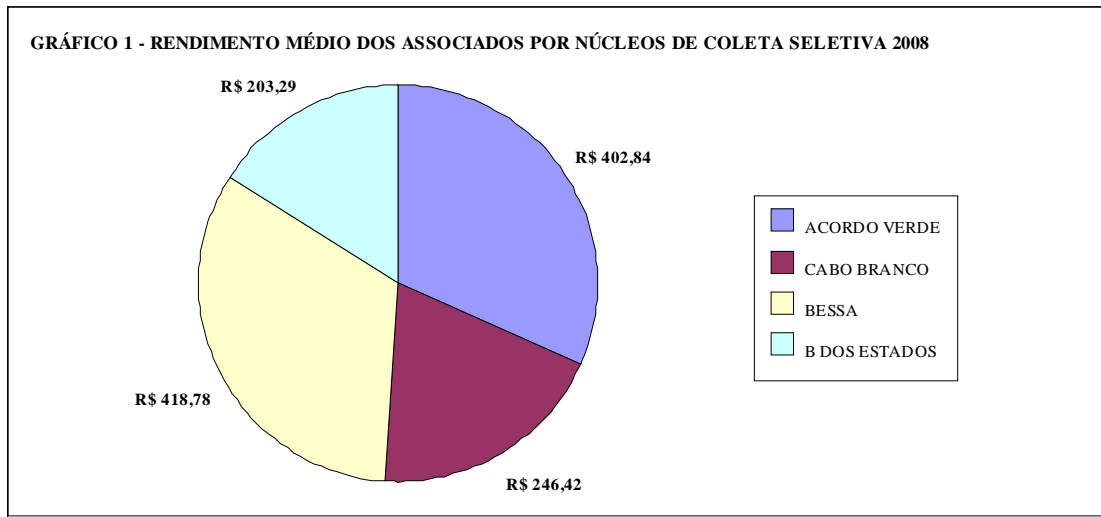
A política que rege o Acordo Verde demonstrou que além de preocupar-se com as condições materiais de trabalho dos agentes, oferecendo os equipamentos como os carrinhos de coleta, luvas, botas, máscaras, fardamentos, além das máquinas de prensar os materiais, os caminhões para transportá-los, e o galpão onde se realiza a triagem e o armazenamento temporário dos recicláveis até que sejam vendidos, também atendeu algumas questões essenciais ao trabalho do manuseio com o lixo, oferecendo temporariamente vacinação anti-tétano e contra outras patologias. Também investiu sobre a recuperação da autoconfiança e da imagem dos trabalhadores responsáveis pela coleta dos resíduos sólidos, daquele núcleo.

- O que é o Acordo Verde para você?(pesquisadora)

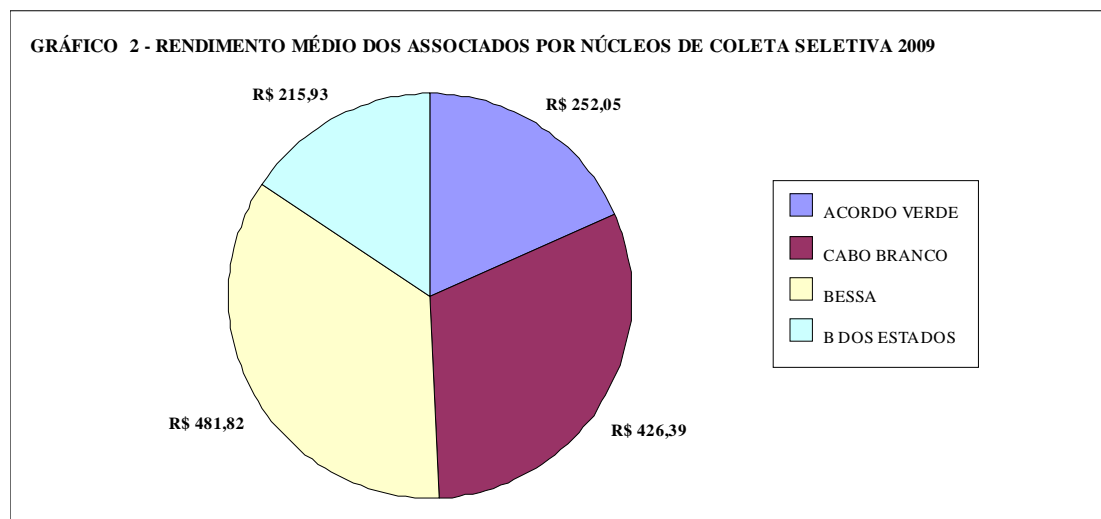
- Bom, o Acordo Verde, pra mim que fui catadora de rua foi uma coisa boa. Porque a gente tá trabalhando com uma certa segurança, com a ajuda do pessoal da prefeitura, da EMLUR, que dá um apoio pra gente. Na rua você sabe, que tem de tudo, tudo de ruim. No acordo, agente anda na rua, tem o lado ruim também, porque o trabalho de puxar o carrinho, o sol, não é fácil. Cansa muito, eu mesma já não agüento muita coisa não. Por isso que tô mais por aqui, os homens, o pessoal mais novo é que sai. Mas também é muito diferente em catar no lixo, do que ir somente pegar com nossos clientes, todo mundo já sabe, entrega direitinho, um ou outro que às vezes esquece, não recolhe, mas a maioria das casas lembra da gente, as vezes quando eu chegava dizia, mulher não esqueça da gente não, ajude a gente! O pessoal ajuda sabe, é muito diferente. Quando eu ia catar nos tambores levava logo um bocado de xingamento, o povo dizia: Olhe não espalhe meu lixo não! No acordo com certeza a gente sai ganhando, porque só o almoço que a gente tem aqui, tem muita gente que não come em casa o que a gente come aqui. O dinheiro que a gente tira aqui é bem melhor é pouco, não vou dizer que é muita coisa, mas dá pra gente ir se virando, pior é na rua, na rua tira muito menos. (Carmelita, líder dos agentes ambientais Acordo Verde)

Ainda quanto à questão material dos agentes, a metodologia do Acordo demonstrou conferir maiores possibilidades de ganhos. Segundo a líder da associação e os demais agentes ambientais entrevistados, os rendimentos que conseguiam como catadores de rua eram bem inferiores. Os dados fornecidos pela Emlur mostram que em 2008, os associados do núcleo Acordo verde tiveram ganhos superiores aos associados dos núcleos de coleta dos Bairros dos Estados e do

Cabo Branco. No entanto, em 2009, os resultados sofreram grandes modificações. Como mostram os gráficos a seguir.



FONTE: EMLUR/PMJP



FONTE: EMLUR/PMJP

Através dos números observados nos gráficos, vê-se que os rendimentos médios dos agentes, Acordo Verde, tiveram queda considerável entre 2008 e 2009. A justificativa apresentada entre os gestores para essa questão está relacionada a dois principais fatores que se interrelacionam. O primeiro diz respeito à crise mundial iniciada no segundo semestre de 2008. Segundo os gestores a crise econômica influenciou profundamente o preço dos materiais vendidos. A latinha de cerveja e refrigerante, por exemplo, que até o meio do ano de 2008, foi vendida por R\$ 2,50 o kg, caiu para R\$ 1,00 o kg. A desvalorização do material reciclável por sua vez, desmotivou os agentes, resultando numa diminuição abrupta em suas produções, o que também contribuiu à redução dos seus rendimentos.

No entanto, analisando os valores dos rendimentos dos associados aos núcleos do Bessa e Cabo Branco, vê-se que seus rendimentos aumentaram. De acordo com os gestores, a metodologia de trabalho dos “agentes” adotada em tais núcleos, iniciada muito antes do Acordo Verde, contribuem para que isso ocorra, apesar da queda dos valores da venda dos materiais recicláveis. Pois naqueles núcleos, os agentes atuam individualmente, e não seguem horários de trabalho como ocorre no Acordo Verde. De tal sorte que entre eles, segundo o coordenador geral da coleta seletiva de João Pessoa, é muito comum o trabalho noturno, e até mesmo em fins de semana, o que favorece à maior produtividade. No entanto, isso não é considerado um fator positivo no todo, segundo o coordenador, pois estes agentes precisam reservar tempo para o descanso, para o convívio com a família, etc. E, além disso, esse tipo de trabalho não funciona no sentido da conscientização ecológica e social da comunidade, pois os vínculos que se criaram no Acordo Verde, a responsabilidade sócio-ambiental que se projetou nas comunidades por ele assistidas não se verificam na mesma dimensão nos outros bairros onde a coleta seletiva ocorre.

Quanto às questões subjetivas em torno dos agentes ambientais, observou-se que a questão ambiental propulsora do Acordo Verde, propõe renovar a vida social, enfatizando a importância do papel social dos agentes ambientais diante dos diversos moradores da cidade. A estigmatização, por exemplo, parece perder espaço, quando o interesse maior é a seguridade da qualidade ambiental. Em entrevistas com moradores assistidos pelo programa, foi unânime a confiança estabelecida na pessoa do agente ambiental. Ficou inclusive evidenciado um estreitamento nas relações entre agentes e moradores no decorrer do tempo em que o projeto teve início e o período em que os dados foram coletados na pesquisa que resultou neste trabalho.

O trecho abaixo, retrata a percepção dos moradores com relação a figura dos catadores de lixo e dos agentes ambientais. Também se revela na fala abaixo, a questão risco-segurança tão proeminente na vida social contemporânea.

- Como você vê o trabalho do catador de lixo?(pesquisadora)
- Olhe eu já evitei muito deixar o lixo fora quando ainda faltasse muito tempo para o caminhão passar, porque eles vêm reviram todo lixo, abrem os sacos, pra ver se tem alguma coisa, e deixam tudo espalhado na calçada. Quando o caminhão vem aquele lixo que fica caído eles não tem a preocupação de juntar e apanhar. Eu nunca vi com bons olhos isso aí, por causa desse problema. O caminhão aqui só passa a noite, mas os catadores costumam vir, no final da tarde, antes do lixo passar, aí eles removem tudo, e removem, e fazem lá o que tem de fazer e largam tudo e vão embora. A gente junta o lixo para manter as coisas em ordem e limpas e esse pessoal, que não sabem o que é isso, bagunçam tudo. (Andrea. Moradora Jardim cidade Universitária).
- Como é sua relação com os agentes?(pesquisadora)
- Bem mais próximo, porque ela já foi apresentado como sendo a pessoa que viria, então ela já sabe, ele já vem aqui, às vezes quando tem muitas embalagens, coisas grandes, eu já aviso pra que ele venha primeiro aqui pra que quando ele chegue o carrinho ainda caiba tudo. Antes eu o conhecia, podia conversar com ele, as vezes até abria o portão para que ele entrasse com o carrinho, era bem melhor. Só que de um tempo pra cá tem mudado muito. As vezes vem um, vem outro, e assim, fica só na questão de colocar o lixo lá fora mesmo, porque hoje em dia você sabe como é a gente tem que ficar atento sempre. (Andrea. Moradora Jardim cidade Universitária).

Observa-se que as práticas dos catadores “autônomos”, os catadores de rua,

evidentemente sem preparo, e sem recursos, e tradicionalmente estigmatizados, são usadas como justificativas pelos moradores dos bairros, para discriminar a atividade e conseqüentemente os que a pratica. Isso por sua vez não se aplica aos “agentes ambientais”, pois, mediante a apresentação, o acordo realizado, e a sua ligação a uma instituição, a Emlur e a Prefeitura do município de João Pessoa, a confiança passa a ser verificada, alterando a percepção e relação desenvolvidas pelos moradores quanto a atividade da coleta. Além disso, observou-se que, diferentemente do “catador de lixo”, o agente ambiental, segundo o morador, insere-se em um processo amplo, o da coleta seletiva, que tem demonstrado ser uma importante estratégia de redução do acúmulo de resíduos. Ou seja, diferentemente do termo catador de lixo, o termo agente ambiental, define o profissional envolvido na coleta seletiva do lixo urbano, assumindo um papel social fundamental à garantia do bem estar ambiental, interesse de todos.

Essa mudança ainda demonstrou repercutir significativamente na vida dos agentes, e de seus familiares. O estreitamento nas relações com pessoas de outros grupos sociais proporcionou aos agentes maiores possibilidades de meios de vida. Segundo os agentes entrevistados, alguns de seus colegas conseguiram por intermédio desses moradores mais chegados, empregos formais, ou como eles dizem “de carteira assinada”. Outros, já tiveram a chance de fazer “bicos” nos finais de semana, em atividades como faxinas, capinagem entre outras, em diversas casas da região em que trabalham semanalmente no Acordo Verde.

Apesar de todos os fatores positivos enfatizados até agora no Acordo Verde, é importante ressaltar um dos elementos mais apontados como negativo entre os agentes ambientais. Trata-se da questão da flexibilização e precarização do trabalho desses agentes. A informalidade, a falta de garantias previdenciárias, além da variação dos rendimentos surgem como elementos desmotivadores na continuidade desta atividade. De tal sorte que é recorrente dentro do programa o abandono do trabalho pelos agentes ambientais.

- Qual importância do Acordo Verde para sua vida particular e para sua família?(pesquisadora)
- Bem pra mim foi bom, porque eu tava parado mesmo, eu tô conseguindo alguma coisa, o que eu tô conseguindo hoje foi através daqui. Até meu cantinho, que eu não tinha, e hoje eu tenho, pagando com o dinheiro daqui, tá certo que não é muito, não é essas coisas, mas a gente vai caminhando. Mas eu vou lhe dizer uma coisa, se fosse pra arrumar outro negócio, hoje eu também queria porque... a gente também aqui, é difícil, e todo mundo tem que procurar suas melhoras né isso? Trabalhar assim do jeito que a gente trabalha é complicado. [...] Eu tive um problema no braço, no ombro, de tanto puxar o carro, tive que passa mais de uma semana parado, porque não podia mesmo trabalhar, fiquei numa situação difícil, porque se você pára você não recebe naqueles dias, e se um dia acontecer de eu não poder mais trabalhar, como é que eu vou viver? A gente se acaba nesse serviço, porque não é brincadeira a gente aqui pega em peso direto, principalmente nós homens. Pra arrumar uma doença também de coluna, de hérnia é ligeiro. E aí vai trabalhar como? Vai viver de que? (Antonio. Agente ambiental Acordo Verde)

Esse problema tem repercutido negativamente na operacionalidade do programa, pois as pessoas que entram para substituir os antigos agentes, muitas vezes não têm conhecimento completo quanto às especificações do trabalho, não conhecem bem os materiais, não fazem uma boa abordagem junto ao público, não desenvolvem bem as rotas programadas, para que todas as residências assistidas anteriormente continuem contempladas. Os novos participantes não passam, como os primeiros, por treinamentos e por uma preparação específica para a realização do trabalho de agentes, o que tem influenciado negativamente na execução do trabalho e na visão do programa

entre alguns moradores que aderiram ao processo desde sua fase inicial, conforme mostrou o trecho da entrevista. O que mostra como é fundamental a manutenção do suporte técnico operacional, inserido nas atribuições da gestão pública municipal no andamento do processo.

A figura do catador no contexto urbano torna-se, cada vez mais imprescindível. O Acordo Verde parece promover, ainda que em meio à precarização do trabalho dos agentes, um avanço na valorização do catador de lixo, e ao que diz respeito ao desenvolvimento de uma política cuja concepção, passa pela integração social e incentivo à solidariedade. No entanto, os processos de exclusão sob os quais estão submetidos os agentes ambientais continuam fazendo parte da vida de todos eles. Segundo os agentes entrevistados, a diversidade de carências: habitacionais, de saúde, educação, lazer, entre outras, estão longe de serem superadas. A superação da degradação da classe trabalhadora, como nos apresenta Castel (2004), exige muito mais do que a promoção de geração de renda, ela exige todo um aparato que iniba na sociedade os processos de desqualificação social, no caso desta discussão, a que ocorre sobre o trabalho dos catadores, que emerge a partir da precariedade de suas condições de vida, e não somente de suas condições de trabalho. Nesse sentido, observa-se que o acordo, estimulado no Acordo Verde, apesar de promover a integração social, demonstra-se incapaz de atuar sobre os mecanismos de redução da desigualdade social. A efetiva valorização do catador exige a construção de um programa mais amplo que observe suas condições de vida, suas formas de habitação, suas possibilidades de acesso à educação, à saúde, ao lazer, à cultura, entre outros direitos.

Verificou-se que a possibilidade de luta por melhores condições de vida foi ampliada entre os agentes ambientais participantes no Acordo Verde. A dispersão, característica do trabalho de catador de rua, dá espaço, no Acordo Verde, ao maior engajamento entre os agentes ambientais. Essa reunião, por sua vez, permite que esse grupo social progressivamente avance enquanto sujeito coletivo, participativo do processo sócio-político em torno da reciclagem. Contribuindo deste modo para a configuração de um novo cenário de discussão pública, onde o grupo social desprivilegiado, o dos agentes ambientais, antes catadores isolados, passa a se constituir em sujeito munido de capacidades, que emergem na associação e na auto-reflexão de suas condições, para interferir em suas próprias questões sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi enfatizada a questão cultural relativa ao consumismo contemporâneo como um dos elementos determinantes no encaminhamento da sociedade à situação de risco. A produção do lixo nas cidades brasileiras tem se tornado um problema cada vez mais difícil de lidar, mediante a adoção de práticas cotidianas com vistas à praticidade e à minimização de gastos de tempo com os afazeres diários domésticos. Por outro lado, o preço que se paga com a ampliação do consumo de descartáveis, têm afetado principalmente o ambiente. A reciclagem tem se mostrado a saída mais viável para que o lixo não se torne um problema impossível de ser administrado em nossa sociedade.

Há tempos nas cidades brasileiras muitas pessoas, vivem da catação e da venda de lixo, em João Pessoa não tem sido diferente, por toda a cidade é muito comum encontrarmos pessoas vasculhando latões de lixo à procura de materiais potencialmente recicláveis. O programa Acordo Verde surgiu com a intenção de incrementar o processo de reciclagem na cidade de João Pessoa, associando a este processo novos significados sociais. Segundo nossa interpretação o programa representa um avanço significativo de política sócio-ambiental, pois contribui para que as bases sociais sejam transformadas, no sentido de uma maior integração social. No entanto, quanto às condições de vida dos agentes ambientais, outros aspectos precisam ser observados para que

efetivamente haja uma transformação social, no sentido agora da redução das desigualdades sociais.

O Acordo, firmado no programa que reúne agentes ambientais, moradores de seis bairros da cidade e a prefeitura municipal, indica uma nova modalidade de gestão pública. A gestão do lixo nos moldes do Acordo Verde representa, sobretudo uma gestão de responsabilidades compartilhadas.

Na medida em que cada um dos atores assumem um compromisso perante os demais, são também por outro lado beneficiados. A prefeitura, ao oferecer o suporte necessário para a realização do processo de coleta, ganha no aspecto da redução da coleta de lixo normal, minimiza custos econômicos, também ganha com a criação de oportunidades de trabalho à população de baixa renda e, finalmente com a prevenção do esgotamento precoce do aterro sanitário da cidade. Os agentes são beneficiados, pois têm a oportunidade de obter maiores rendimentos, além de melhores condições de trabalho e a comunidade de forma geral entre outros aspectos é beneficiada com a prevenção ao risco ambiental resultante do acúmulo de lixo urbano.

A questão ambiental e a eminência dos riscos em torno dela apontam ser importantes veículos de transformações sociais. Vale investir, portanto, na contínua reflexão dos encaminhamentos que as políticas sócio-ambientais tem manifestado, procurando fomentar as relações de interdependência social que possivelmente podem vir a representar contribuições significativas à redução das desigualdades em nossa sociedade, possibilitando deste modo, que os agentes ambientais sejam sobretudo beneficiados com a possibilidade de participação nos processos decisórios que administram suas condições de trabalho e de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, André Wagner Oliani. **Arqueologia do Lixo: um estudo de caso nos depósitos de resíduos sólidos da cidade de Mogi das Cruzes em São Paulo**. Tese de doutorado. Programa de Pós graduação em Arqueologia. Museu de arqueologia e etnologia. Universidade de São Paulo – USP. 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:As conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Vida para Consumo. A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECK, U. **Risk society**. London: Sage Publications, 1994.

_____. **A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva**. In:Giddens, A. Beck, U., e Lash, S. Modernização Reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna.São Paulo: UNESP, 1997.

CARMO, M.S. **A semântica "negativa" do lixo como fator "positivo" à sobrevivência da Catação – Estudo de caso sobre a associação dos recicladores do Rio de Janeiro** . Em *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Administração. ENANPAD*, Brasília – DF. 2005

CASTEL,Robert. **A Metamofose da Questão Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

GIDDENS, Anthony. **A vida em uma sociedade pós tradicional**. In:Giddens, A. Beck, U., e Lash, S. Modernização Reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo:

UNESP, 1997.

_____. **Para além da esquerda e da direita.** São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

_____. **As Conseqüências da Modernidade.** São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GOFFMAN, E. Estigma. **Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada.** Rio de Janeiro:LTC,2008.

GOLDBLAT, David. **Teoria Social e Ambiente.** Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

LENZI,Cristiano Luís. **Sociologia Ambiental : risco e sustentabilidade na modernidade.** Bauru: Edusc, 2006.

MELDONIAN, Nelson Leon. **Alguns aspectos do lixo urbano no Estado de São Paulo e considerações sobre a reciclagemdo alumínio e do papel.** Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica.Campinas, SP, 1998.

MARTINS, C. H. B. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, sócio-ambientais e políticas na perspectiva de empoderamento.** Tese de doutorado em Sociologia – UFRGS, Porto Alegre, 2004.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2005.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.** In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2002. p.81-126.

GRIMBERG, E.; BLAUTH, P. (Org.) **Coleta seletiva: reciclando materiais, reciclando valores.** São Paulo: Polis, 1998.

* Agradeço as contribuições dos professores José Henrique Artigas de Godoy e Tereza Correia da Nóbrega Queiroz do departamento de ciências Sociais da UFPB, e do programa de pós graduação em Sociologia(UFPB). Assim como ao professor Gustavo Lima, professor deste departamento e também ligado à pós graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente(PRODEMA/UFPB).

¹ Aluna do curso de licenciatura em Ciências Sociais da UFPB e do Doutorado em Sociologia PPGS/UFPB.

² Empresa municipal de limpeza urbana. Prefeitura municipal de João Pessoa/PB.

³ Considera-se o lixo com destinação adequada, os que chegam aos aterros sanitários, aos núcleos de reciclagem e compostagem, ou destinados à incineração.

⁴ Ver por exemplo a reportagem da TV Cabo Branco, JPB 1ª edição, do dia 13/01/2010.